

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE – PBH
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SMED
DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO BARREIRO – DIRE B

PROPOSTA PEDAGÓGICA

ESCOLA MUNICIPAL POLO DE EDUCAÇÃO INTEGRADA

BELO HORIZONTE
NOVEMBRO - 2017

Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte

Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben – Secretária

Edna Martins Borges – Subsecretária

Diretoria Regional de Educação Barreiro

Eunice Margaret Coelho – Diretora

Escola Municipal Polo de Educação Integrada

Luiz Henrique Borges de Oliveira - Diretor

Coordenação da Jornada Integral – Ensino Fundamental

Anderson Cunha Santos

Coordenação da Jornada Ampliada – Programa Escola Integrada

Shirlei Lopes da Silva

Coordenação da Educação de Jovens e Adultos – EJA

Adelson Afonso da Silva França Junior

Coordenação das Ações Comunitárias

Ismayr Sergio Cláudio

Textos

Adalgisa Helena Gomes de Matos

Adelson Afonso da Silva França Junior

Anderson Cunha Santos

Gláucia Aparecida Vieira

Ismayr Sérgio Cláudio

Shirlei Lopes da Silva

Capa e ilustrações

Adalgisa Helena Gomes de Matos

Aline Martinez da Costa Fontes

EQUIPES DE TRABALHO

- **Direção e equipe administrativa:** o diretor e a secretária são professores de Matemática da rede municipal. A gestora financeira da Caixa Escolar é servidora efetiva cedida da Fundação de Parques e Jardins. A nova organização para 2018 demandará uma vice-direção para compor a equipe de gestão da escola.
- **Equipe da Biblioteca:** são três auxiliares de biblioteca e uma bibliotecária. A Biblioteca da EM Poeint é umas das bibliotecas polo da Regional Barreiro e além do público escolar está aberta à comunidade, inclusive aos sábados. Necessitará de mais uma auxiliar em 2018 em decorrência da ampliação do atendimento.
- **Equipe de monitores e agentes culturais:** são quatro agentes culturais que atuam na organização das atividades educativas realizadas no POEINT pelas escolas que frequentam a instituição, além da oferta de cursos e oficinas para a comunidade. Um monitor de informática com atendimento dos estudantes do Programa Escola Integrada e da Educação de Jovens e Adultos - EJA. A proposta em 2018 é manter o número de agentes culturais e ampliar o número de monitores para atender às novas demandas de atendimento da escola.
- **Equipe da limpeza, cantina e artífices:** são dez faxineiras, uma cantineira e dois artífices. São responsáveis pela conservação dos espaços internos e externos além da manutenção e pequenos reparos nas estrutura física da instituição. Com a implementação da alimentação para os estudantes a partir do próximo ano a equipe será redimensionada.
- **Equipe de porteiros e vigilantes:** são quatro porteiros e oito vigilantes que cuidam do acolhimento dos frequentadores e visitantes e da vigilância do amplo espaço da instituição.
- **Equipe de bolsistas extensionistas:** são onze estudantes universitários, na sua maioria acadêmicos de licenciatura, sete atuando no turno da manhã e quatro no turno da tarde. Além das vivências em processos formativos mediados pela equipe de coordenação pedagógica, os extensionistas atuam na oferta de atividades para estudantes da Educação de Jovens e Adultos – EJA.

- **Equipe Pedagógica:** atualmente a equipe é composta por três professores em tempo integral das áreas de História, Geografia e Filosofia, uma professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental e dois professores em tempo parcial das áreas de Artes e Geografia. Conta ainda com duas professoras de Educação Física, em tempo parcial, para o atendimento na Academia Comunitária. Em 2018, os professores municipais; exceto aqueles que atuarão como instrutores na academia, gestão escolar e coordenação da jornada ampliada (Programa Escola Integrada); serão incorporados ao quantitativo 1.6 de educadores por turma, considerando oito turmas do Ensino Fundamental e seis turmas da Educação de Jovens e Adultos assim distribuídos:

ENSINO FUNDAMENTAL EM JORNADA INTEGRAL			
Área do Conhecimento	Componente Curricular	Nº de Cargos	Nº de Professores
Ciência Humanas	História	4	2
	Geografia	2	1
Ciências da Natureza e Matemática	Matemática	4	2
	Ciências	2	1
Códigos e Linguagens	Língua Portuguesa	4	2
	Língua Estrangeira	2	1
	Arte	2	1
	Educação Física	2	1
Total do Ensino Fundamental		22	11
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA			
Área do Conhecimento / Coordenação		Nº de Cargos	Nº de Professores
Ciência Humanas		2	2
Ciências da Natureza e Matemática		2	2
Códigos e Linguagens		4	4
Total da Educação de Jovens e Adultos		8	8
Total de Coordenações		8	4
TOTAL GERAL da EMPoeint		38	23

Para a implementação da proposta pedagógica a EM Poeint contará com cinco coordenações exercidas por professores municipais:

- Coordenação Geral da Política Pedagógica;
- Coordenação Pedagógica do Ensino Fundamental;
- Coordenação Pedagógica de Educação de Jovens e Adultos;
- Coordenação da Jornada Ampliada - Programa Escola Integrada;
- Coordenação de Ações Comunitárias e Formação Continuada.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	
1.1	Histórico da Escola Municipal Polo de Educação Integrada – EM Poent.....	
1.2	Desafios da política pedagógica para Educação Integral.....	
1.3	Consolidação do Polo de Educação Integral de Belo Horizonte.....	
2	CONCEPÇÃO E MARCOS CONCEITUAIS.....	
2.1	Educação integral e Integrada.....	
2.2	Territórios Educativos na perspectiva da Cidade Educadora.....	
2.3	Gestão Democrática e Intersetorialidade.....	
2.4	Os sujeitos da Educação Integral.....	
	Os sujeitos educandos.....	
	Os sujeitos educadores.....	
	A comunidade escolar.....	
3	ETAPAS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	
3.1	Ensino Fundamental.....	
	Legislação.....	
	Princípios curriculares.....	
	Avaliação.....	
3.2	Educação de Jovens e Adultos – EJA	
	Concepção e posicionamento político.....	
	Tempos de formação.....	
	Certificação/ Frequência / Matrícula.....	
	Avaliação.....	
4	ESTRUTURA CURRICULAR: DERRUBAR PAREDES E TECER REDES.....	
4.1	Mandala da proposta pedagógica.....	
4.2	Dimensões dos sujeitos.....	
4.3	Intencionalidades pedagógicas: os sentidos da aprendizagem.....	
4.4	Etapa e modalidade.....	
4.5	Áreas dos conhecimento.....	
	Linguagens e Códigos.....	
	Ciências da Natureza e Matemática.....	
	Ciências Humanas.....	
4.6	Saberes comunitários e da experiência.....	
4.7	Eixos integradores.....	

4.8	Estratégias educativas.....	
	Roteiros de atividades.....	
	Rodas de conversa.....	
	Projetos de trabalho.....	
	Orientação de estudos.....	
	Atividades autônomas.....	
	Vivências educativas.....	
5	TEMPOS E ESPAÇOS DA PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	
5.1	Percurso e carga horária semanal dos educandos.....	
5.2	Percurso e carga horária semanal dos educadores.....	
5.3	Espaços educativos.....	
6	JORNADA AMPLIADA – PROGRAMA ESCOLA INTEGRADA.....	
6.1	O atendimento em jornada ampliada.....	
6.2	Vivências educativas: específicas e coletivas.....	
6.3	Ciclos formativos.....	
6.4	Organização do trabalho dos educadores	
7	AÇÕES COMUNITÁRIAS.....	
7.1	Programa Escola Aberta.....	
7.2	Programa Escola nas Férias.....	
7.3	Projeto “Música no Poent”.....	
7.4	Projeto “Centro de Memória do Barreiro”.....	
7.5	Biblioteca Escolar e Comunitária.....	
7.6	Academia Comunitária.....	
7.7	Mostra de Economia Solidária.....	
8	FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE EDUCADORES.....	
8.1	Extensão universitária.....	
8.2	Imersão pedagógica.....	
8.3	Qualificação da prática docente em Educação Integral.....	
8.4	Novos educadores da Educação Integral.....	
8.5	Seminários e Redes de Troca.....	
	REFERÊNCIAS.....	
	ANEXOS.....	

1. INTRODUÇÃO

1.1 Histórico

As atividades da Escola Municipal Polo de Educação Integrada iniciaram no segundo semestre de 2012 com atendimento dos estudantes matriculados no Programa Escola Integrada de seis escolas da Regional Barreiro em turnos alternados (manhã e tarde) das aulas regulares. No primeiro ano de funcionamento, cada escola desenvolvia atividades diversas, de acordo com sua própria organização e matriz curricular, utilizando todos os espaços educativos por meio de um mapeamento de ocupação semanal. As escolas pioneiras seguiram a orientação da SMED – Secretaria Municipal de Educação de substituírem as locações de espaços privados pela utilização das dependências da EM Poeint. A gestão deste equipamento público pela Prefeitura de Belo Horizonte, de propriedade do Governo de Minas Gerais, foi instituída em forma de comodato, por um período de cinco anos, a partir de um Termo de Cessão. Conforme cláusula primeira do referido documento:

“constitui objeto deste Termo a cessão de uso gratuita do imóvel de propriedade do Estado de Minas Gerais, situado na Avenida Menelik de Carvalho, esquina com Rua Ximango, no Bairro Barreiro, denominado POINT Barreiro, com área registrada de 45.329,92 m² no Município de Belo Horizonte/MG, conforme matrícula 22.360, de 23/10/1981, do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte – MG, consoante documentação constante arquivada na Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude devidamente autorizada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, de acordo com a NT SEPLAG/SCRLP/DCGIM nº 118/2012”.

A EM Poeint foi construída em um espaço repleto de significados para a comunidade local. Ocupa o terreno nas imediações de onde já foi a sede da antiga Fazenda Barreiro, que dá nome à região, e abrigou o Palácio dos Governadores, antes de ser uma unidade da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (extinta FEBEM). A primeira menção à Fazenda Barreiro data de 1855 em registro de demarcação de terra. No final do século XIX, no contexto da construção da nova capital de Minas Gerias, foi comprada pelo Governo Estadual para fornecimento de água para Belo Horizonte. Em 1896, foi criada uma colônia agrícola para a produção de alimentos e abastecimento da

“Cidade de Minas”, fundada em 1897 para ser a nova sede administrativa da então Província de Minas Gerais.

Entre 1910 e 1919, na área da antiga Fazenda Barreiro, foi projetado e construído um casarão, com projeto arquitetônico arrojado, para ser a residência oficial de descanso dos governos mineiros e seus familiares, além de sediar importantes encontros políticos nos finais de semana. Batizado de Palácio dos Governadores, ao longo do século XX, passou por longos períodos de abandono sendo um hospital no período de 1947 a 1951, no governo de Milton Campos, e posteriormente, já no final do século, abrigou o Centro de Recepção de Triagem da FEBEM.

A presença da FEBEM durante anos na localidade ocupa uma forte referência no imaginário dos moradores do entorno. A Praça José Verano da Silva, bem próxima à Praça Modestina Sales Barbosa na entrada da E.M. POEINT, ainda hoje é conhecida popularmente como “Praça da FEBEM”. O estigma da instituição e do seu significado histórico para a sociedade brasileira, ainda carrega memórias de um lugar identificado à crianças e adolescentes, à época nominados de “menores”, em situação de abandono, de carência, de vitimização ou de infração penal. Ou seja, perdurou a lembrança da FEBEM como local de privação de liberdade e também de abusos, maus tratos e violação de direitos dos menores de 18 anos de idade.

A criação da FEBEM de Minas Gerais ocorreu em 1966. As unidades de Belo Horizonte, no Horto e no Barreiro, foram efetivadas em meados dos anos 70 do século passado. À luz das novas diretrizes e princípios da Constituição de 1988 e do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 a instituição inicia em 1995 o encerramento das suas atividades para posterior extinção. Até 1996, funcionou na unidade no Barreiro: o Centro Educacional Paulo Campos Guimarães. Era destinado ao abrigo de pessoas com deficiência em situação de abandono familiar e/ou de risco social. Neste mesmo ano, o nome do espaço foi rebatizado com a criação do Centro Pró-Vida Paulo Campos Guimarães, com gestão da APAE – Associação de Pais de Alunos Excepcionais de Belo Horizonte, em parceria do Governo do Estado.

O Centro Pró-Vida Paulo Campos Guimarães estava vinculado ao Programa “Casa Lar” de desinstitucionalização dos grandes abrigos, no modelo de salões dormitórios, da antiga FEBEM de Minas Gerais, com implementação de casas para acolhimento de no máximo oito jovens com acompanhamento de uma mãe social criando um ambiente humanizado e de convivência familiar. O projeto funcionou no espaço até 2006 quando as atividades foram definitivamente encerradas. A proposta era criar no imóvel o CIACAF –

Centro Integrado de Atendimento à Criança, ao Adolescente e à Família. Entretanto, este programa de promoção social e educacional não se efetivou e o local voltou a ficar abandonado por anos.

Em junho de 2012 foi inaugurando o POINT – Polo de Integração do Barreiro. Obra do Governo do Estado com a finalidade original de ser um centro de referência para a juventude com oferta de atividades de esporte, lazer, cultura e qualificação profissional. Com a cessão do espaço para o Município de Belo Horizonte, a SMED – Secretaria Municipal de Educação, criou, por meio do Decreto Nº 14.985, de 10 de agosto de 2012, alterado pelo Decreto Nº 15.449, de 16 de janeiro de 2014, a Escola Municipal Polo de Educação Integrada passou a ser nomeada como EM Poeint. Além do Polo de Educação Integrada para atendimento aos estudantes do Programa Escola Integrada funciona, desde 2014, em um dos prédios o Centro Dia Barreiro - Serviço Especializado de Assistência Social para Pessoas com Deficiência.

No ano de 2017 a EM Poeint se propõe a abrir turmas de Educação de Jovens e Adultos orientada por um grande movimento de abertura mais efetiva à comunidade do Barreiro de Cima. Em agosto do mesmo ano, após inúmeros ações de mobilização e divulgação, iniciam-se agrupamentos de jovens, adultos e idosos, vinculados administrativamente à Escola Municipal Ana Alves Teixeira, afinal a EM Poeint não tinha, a esta época, autorização para a oferta da EJA. A princípio são organizadas quatro turmas, sendo uma pela manhã (8h às 11h), uma à tarde/noite (16h às 19h) e duas à noite (19h às 22h). Em meados de outubro, após um grande número de interessados, uma segunda turma é aberta no horário da manhã. As turmas se organizaram conforme orientação da política para EJA da cidade de Belo Horizonte mas buscou um diferencial a partir de uma proposta pedagógica à luz da concepção de Educação Integral. Assim, além das atividades vinculadas às áreas de conhecimento, abordadas de forma interdisciplinar e contextualizadas, há também a oferta de atividades e vivências educativas vinculadas à saberes populares e conhecimentos diversificados materializados nas oficinas desenvolvidas por extensionistas da EM Poeint. A partir de 2018, o vínculo administrativo será da própria instituição ofertante.

Em 1º de setembro de 2017, por meio do Decreto Nº 16.690, a EM Poeint passa a vincular-se, de acordo com nova reforma administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte e estrutura organizacional da SMED, à Diretoria Regional de Ensino Barreiro – DIRE B. Anteriormente, no início das atividades em 2012, era vinculada à Gerência de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania – GEDC (Decreto Nº 14.985) e posteriormente, em

2014, ao Gabinete da Secretária de Educação (Decreto Nº 15.449). O decreto de 2017, em seu artigo 55, reafirma as seguintes atribuições da instituição:

I – propor e realizar a formação continuada para monitores de oficinas, agentes culturais, oficinairos, professores comunitários e demais profissionais da educação nos temas de educação integral e integrada, em articulação com o Centro de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação;

II – promover a articulação institucional entre o setor público e a sociedade civil visando à integração entre a comunidade, a escola e demais instituições;

III – executar políticas, programas, projetos e ações voltados para a relação entre escola e comunidade visando a integração entre comunidade, a escola e demais instituições da sociedade civil;

IV – desenvolver programas, projetos e ações, visando ao desenvolvimento de circuitos educativos, à abertura da escola nos finais de semana e nas férias escolares;

V – fomentar e desenvolver a prática do lazer, do esporte educacional e de programas de promoção da cultura e da arte;

VI – executar, em articulação com o Centro de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação, programas, projetos e ações de qualificação profissional inicial, atividades de fomento à geração de renda e ao empreendedorismo, para estudantes da rede municipal de educação.

Com o término da vigência de cinco anos do comodato com o Governo do Estado em 2017, a Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da SMED - Secretaria Municipal de Educação, solicitou no mês de fevereiro a renovação de Termo de Cessão de uso de imóvel. Em 13 de setembro do corrente ano, um novo Termo de Cessão, junto à Secretaria de Estado de Esportes, é publicado no *Minas Gerais* – Diário Oficial do Estado de Minas Gerais garantido o uso do equipamento público pela Prefeitura de Belo Horizonte por mais cinco anos até 13 de setembro de 2022, renovável por igual período. Ainda em 2017, no dia 2 de dezembro, é publicada a Portaria da SMED nº 73618 que autoriza o funcionamento do Ensino Fundamental completo na EM Poieint a partir do ano de 2018.

1.2 Desafios da Política Pedagógica para Educação Integral

Diretrizes e orientações para políticas de Educação Integral estão presentes em legislações educacionais, tais como nos artigos 205, 206 e 207 da Constituição Federal; no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 9.089/1990); na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), nos artigos 34 e 87; nos Planos de Educação (municipal, estadual e federal), no Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Ensino Básico e Valorização do Magistério (Lei nº 11.494/2007) e na Lei Municipal que dispõe sobre a implementação da jornada escolar de tempo integral no ensino fundamental em instituição municipal de ensino (Lei nº 8432/2002).

Sabemos que o arcabouço legal das duas últimas décadas respaldaram ações inequívocas para indução de políticas públicas para a Educação Integral no Brasil. Belo Horizonte foi uma das cidades precursoras na implementação de uma concepção inovadora. Novas referências e paradigmas ancoraram propostas de ampliação das jornadas escolares no século XXI (Cidade Escola Aprendiz, Escola-Bairro e Escola Integrada) à luz do reconhecimento do pioneirismo de Anísio Teixeira e Darci Ribeiro que no século XX ousaram em efetivar experiências de Educação Integral como as Escolas Parques na Bahia e os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) no Estado do Rio de Janeiro..

Mesmo compreendendo o protagonismo e relevância do Programa Escola Integrada nos últimos dez anos, a implantação do ensino fundamental em jornada integral na EM Poeint em 2018, busca avançar no debate sobre a Educação Integral na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte como política pública e não como programa. Nesse sentido, não tratamos a proposta como uma ação temporária com período de início e término definido ou como no modelo atual fragmentado em turno e contraturno. Compreendemos a oferta do ensino fundamental em jornada integral com currículo integrado como ação perene e incorporada a uma política de Educação Integral com avaliação contínua.

Nossa proposta é uma escola de Educação Integral e não uma escola de tempo integral. A palavra “jornada”, na nossa proposta, pretende comunicar a ampliação de um tempo significado por um conjunto de ações educativas diversificadas e com efetivo sentido para os sujeitos. Em nossa proposição, o conceito jornada, não é uma apenas a sucessão de horas ou o passar do tempo, mas um percurso a ser construído com intencionalidades educativas, ou seja, diferente da ideia de expansão do tempo na

perspectiva cronológica como réplica do modelo da organização curricular fragmentada já existente (mais do mesmo). Neste sentido, a proposta da jornada integral mantém os princípios mas pretende construir um novo desenho da oferta de Educação Integral, diferente da lógica de turnos alternados como é o atual funcionamento do Programa Escola Integrada.

Compreendemos a pertinência de debater o financiamento e investimento para a garantia da proposta e sabemos ser esta uma questão crucial para a continuidade da ação e um dos motivos da não consolidação de uma política universal de Educação Integral no Brasil e em Belo Horizonte. Além disso, necessitamos fazer de forma atenta as leituras de mudanças dos paradigmas das concepções de educação, como consequência dos contextos históricos e políticos da sociedade brasileira, como ocorre agora na substituição do “Mais Educação” pelo “Novo Mais Educação” no âmbito da política federal. As questões econômico-financeiras não são de menor importância e estão diretamente ligadas aos programas políticos em execução em distintas épocas da nossa história.

No contexto municipal, a nova administração, por meio da ênfase na garantia da autonomia pedagógica das escolas municipais, abriu a possibilidade de construção de uma nova experiência em Educação Integral. Nossa proposta não é elaborar um modelo para replicação. Somos uma escola com a pretensão de consolidação como polo. Na nossa autonomia pedagógica, como escola, e no diálogo com outros atores engajados na discussão, almejamos vivenciar uma experiência inovadora e planejada com o devido cuidado para subsidiar o conjunto das escolas municipais que desejarem construir currículos integrados na perspectiva de Educação Integral.

Estamos conscientes das possibilidades e também dos limites materiais e humanos da nossa rede de educação. Tentaremos propor um percurso condizente com a realidade de Belo Horizonte e por isso procuramos conhecer, *in loco*, outras instituições com experiências concretas: Escola da Serra (BH), Centro Pedagógico da UFMG (BH), EM Desembargador Amorim Lima (SP) e Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos – CIEJA Campo Limpo (SP). A nossa intenção com a proposta pedagógica de uma escola de Educação Integral não será apresentada como cardápio de ações, pontuais ou sistemáticas. Precisamos primeiramente viver a experiência e avaliar a melhor forma de registro e socialização para a consolidação de uma referência para as 173 escolas municipais de Belo Horizonte. Acreditamos que a vivência da proposta será acessível ao conjunto das escolas da Rede Municipal de Educação que queiram trilhar novos caminhos

para a Educação Integral em Belo Horizonte, respeitando democraticamente o desejo das nossas instituições escolares em buscar uma referência experienciada na cidade.

1.3 Programa Escola Integrada: novas possibilidades

Sabemos que muitos são os desafios que se descortinam diariamente em nossas práticas no âmbito do Programa Escola Integrada, dentre eles, o currículo com sua organização fragmentada e a separação temporal na dinâmica cotidiana dos estudantes que transitam na mesma localidade (a instituição escolar) mas em dois espaços, até então, distintos: o espaço da escola regular e o espaço da jornada educativa ampliada com atividades ainda caracterizadas como extracurriculares.

Propomos uma experiência para avançar na política de Educação Integral da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte para construir percursos educativos que não separem a jornada diária dos estudantes em turno e contraturno escolar. A ideia é superar a divisão de um horário dedicado para os clássicos conteúdos escolares e outro para as atividades diversificadas organizadas em oficinas. Além de romper com essa lógica, compreendemos como necessária uma proposta curricular de fato integrada e distinta das grades preestabelecidas e fragmentadas em disciplinas.

Nossa proposição é desenvolver trabalhos por meio de eixos ou roteiros temáticos que articulem os conteúdos e componentes curriculares das diversas áreas do conhecimento e instigue os estudantes a buscar respostas para questões problemas a partir das provocações e mediações dos educadores. Não basta ampliar o tempo dos estudantes nas jornadas educativas diárias. Precisamos significar o tempo da vivência e experiência dos sujeitos no desenvolvimento de uma proposta pedagógica consistente. Compreender o tempo e o espaço, na perspectiva da Educação Integral, com múltiplas possibilidades e potencialidades e desapegar do modelo da sala de aula, dos horários fixos e das aulas expositivas como locais, tempos e métodos quase exclusivos da tarefa de ensinar e aprender.

Buscaremos o efetivo diálogo e conexão dos conteúdos escolares (tradução do acúmulo dos conhecimentos acadêmicos e/ou científicos para a escola) com os saberes comunitários, a cultura popular e as experiências sociais dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Outro desafio do Programa Escola Integrada é compreender o papel dos profissionais e estudantes universitários (monitores, agentes culturais e bolsistas

extensionistas) que atuam como educadores no contraturno escolar e ofertam atividades educativas (oficinas) para os estudantes. Perceber qual a relação destes sujeitos com as políticas educacionais da Prefeitura de Belo Horizonte nas ações pedagógicas das escolas. Avaliar e refletir sobre os modelos de vínculos funcionais dos novos profissionais da cena escolar no contexto da Educação Integral e buscar a percepção, por meio dos múltiplos olhares dos outros educadores (professores municipais), demais profissionais das unidades escolares e dos educandos, do significado destes sujeitos para a proposta pedagógica das escolas. Reconhecer e valorizar as experiências e os saberes destes sujeitos, com identidade profissional em construção, e motivar uma relação mais horizontal com os professores especialistas para ultrapassar uma visão, presente em alguns momentos, de subcategoria de educadores.

Entendemos que uma proposta de Educação Integral precisa incentivar o dinamismo dos educadores e que a atuação profissional transcenda às questões meramente institucionais no espaço escolar, ou seja, ir além dos muros da escola. Buscar inovação e criatividade com estratégias educativas em variados espaços da cidade como processo essencial para o contínuo desenvolvimento de percursos que sejam significativos para o aprendizado dos educandos. Construir uma rede de troca de saberes entre educandos e todos os educadores do ambiente escolar conscientes de que os sujeitos ora ensinam e ora aprendem.

A valorização dos novos educadores da cena escolar no contexto das políticas de Educação Integral passa pelo reconhecimento de novos ritos e estratégias no desenvolvimento de atividades educativas e de seus saberes originais, não escolarizadas, e também pela desprecarização dos vínculos com as redes de ensino ou diretamente com as escolas. Programas governamentais federais, a exemplo do “Escola Aberta” e “Mais Educação”, e outros nas esferas estaduais e municipais, lançaram mão do voluntariado com ressarcimento de valores para custeio de transporte e alimentação como relação de trabalho dos dos novos sujeitos educadores com as instituições escolares.

Propomos para a implantação da proposta pedagógica da jornada integral do ensino fundamental na EM Poeint a contratação de agentes culturais com carteira assinada, via Caixa Escolar, e integração de bolsistas extensionistas como espaço para desenvolvimento de pesquisa e de experiência de formação para estudantes de cursos de graduação, preferencialmente as licenciaturas. Compreendemos que o trabalho voluntário cumpriu um importante papel como ação indutora das políticas, ainda incipientes, de Educação Integral nas duas últimas décadas, mas precisamos avançar no processo de

reconhecimento dos novos educadores e consolidar os vínculos institucionais destes sujeitos com significado para suas trajetórias pessoais, acadêmicas e profissionais. Para consolidar a Educação Integral como política pública no município, para além de um programa, necessitamos vencer a relação com o voluntariado, entendida nesta proposta pedagógica como forma precária de trabalho.

1.4 Consolidação do Polo de Educação Integral de Belo Horizonte

A EM Poeint foi criada em 2012 para ser uma escola de referência para a política de Educação Integral e Integrada da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Ao longo de cinco anos de funcionamento cumpriu com parte das finalidades originais, especialmente no atendimento aos estudantes e profissionais do programa Escola Integrada da Regional Barreiro, na oferta de atividades educativas para a comunidade do entorno da instituição e no acolhimento de ações e eventos da Secretaria Municipal de Educação - SMED. Vejamos as finalidades da Escola Municipal Polo de Educação Integrada descritas nos decretos Nº 14.985/2012 e nº15.449/ 2014 (com alteração de redação sobre a vinculação da EM Poeint; no primeiro vinculado à GEDC – Gerência de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania e no segundo vinculado diretamente ao gabinete da SMED):

“Art. 2º - A EM Poeint - Polo de Educação Integrada - tem por finalidade:

I - desenvolver, em parceria com outras escolas e instituições voltadas para a educação integrada e o desenvolvimento integral dos estudantes, sob orientação, supervisão e em conformidade com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, políticas, programas, projetos e ações de educação integrada; de lazer e esporte; de educação ambiental e sustentabilidade; de diversidade étnico-racial e de gênero; de promoção cultural da paz e de enfrentamento da violência, do preconceito e de todas as formas de discriminação no ambiente escolar;

II - desenvolver programas, projetos e ações de formação continuada para professores da rede municipal de educação, para monitores de oficinas, agentes culturais, oficinairos, professores comunitários, em temas correlatos com as diretrizes da política pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, conforme suas diretrizes, orientações e supervisão;

III - promover a articulação institucional entre o setor público e a sociedade civil, conforme diretrizes, orientações e supervisão da Secretaria Municipal de Educação, visando ao desenvolvimento de ações para uma maior integração entre a comunidade, a escola, as famílias e demais instituições da sociedade civil;

IV - executar políticas, programas, projetos e ações voltados para a relação escola e comunidade, para a promoção da cultura de paz nas escolas, na perspectiva da cidade educadora e sustentável e meio ambiente, conforme diretrizes, orientações e supervisão da Secretaria Municipal de Educação;

V - desenvolver programas, projetos e ações, visando ao desenvolvimento de circuitos educativos, a abertura da escola nos finais de semana e nas férias escolares, conforme diretrizes da Secretaria Municipal de Educação;

VI - desenvolver programas, projetos e ações de arte, canto, formação musical e dança, conforme diretrizes, orientações e supervisão da Secretaria Municipal de Educação;

VII - fomentar e desenvolver a prática do lazer e do esporte educacional, reconhecendo as atividades de lazer e esporte como espaço de aprendizagem para o desenvolvimento integral do indivíduo, conforme diretrizes, orientações e supervisão da Secretaria Municipal de Educação;

VIII - desenvolver, em parceria com instituições governamentais, privadas e organizações da sociedade civil, programas, projetos e ações de qualificação profissional inicial, atividades de fomento à geração de renda e ao empreendedorismo, conforme diretrizes, orientações e supervisão da Secretaria Municipal de Educação;

IX - desenvolver, em parceria com instituições de ensino profissionalizante, cursos de qualificação profissional para estudantes da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte e comunidade, de acordo com as demandas do mercado de trabalho, conforme diretrizes, orientações e supervisão da Secretaria Municipal de Educação;

X - desenvolver, em parceria com instituições de formação inicial, continuada e pós-graduação, cursos para os profissionais da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, conforme diretrizes, orientações e supervisão da Secretaria Municipal de Educação.”.

Para consolidação das finalidades de Polo de Educação Integral de Belo Horizonte, é preciso ampliar o atendimento para a comunidade local, no Barreiro de Cima, e estabelecer ações de caráter municipal na oferta de processos formativos e compartilhamento de experiências inovadoras para o conjunto de profissionais do Programa Escola Integrada das outras regionais da cidade, além do Barreiro. Neste sentido, o plano de trabalho para os próximos cinco anos, a partir de 2018, foi organizado em quatro eixos:

A) Atendimento em jornada ampliada – Programa Escola Integrada

- Ofertar atividades educativas em jornada ampliada para estudantes matriculados no Programa Escola Integrada das escolas da Regional Barreiro. A meta de atendimento será de 765 estudantes por turno (manhã e tarde), totalizando 1530 vagas por dia;
- Publicar edital para adesão das escolas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte à proposta político pedagógica de atendimento do Polo de Educação Integrada, com prioridade para as atuais escolas participantes;
- Consolidar a proposta pedagógica com oferta de vivências educativas organizadas em eixos curriculares (macrocampos) ancorados nos conceitos de territórios educativos e cidade educadora;
- Efetivar a proposta curricular do Polo de Educação Integrada em diálogo permanente com os projetos políticos pedagógicos das escolas participantes;
- Estabelecer o atendimento em horários fixos com duração de três horas diárias para cada turno (manhã e tarde);

B) Ensino Fundamental em jornada integral e Educação de Jovens e Adultos - EJA

- Concluir o processo de autorização da E.M. Poent para matrícula de estudantes no Ensino Fundamental em tempo integral na Educação de Jovens e Adultos -EJA;

- Constituir uma equipe de educadores (professores municipais e novos profissionais da educação) com disponibilidade e disposição para desenvolvimento de práticas educativas na perspectiva de um currículo integrado;
- Consolidar a proposta curricular na perspectiva da Educação Integral para o Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos - EJA;
- Estabelecer como meta para o ano de 2018 a matrícula de 160 estudantes do Ensino Fundamental, em jornada integral, com duração diária de nove horas; e 120 estudantes da Educação de Jovens e Adultos – EJA.

C) Ações comunitárias

- Ampliar o atendimento à comunidade do Barreiro por meio de oficinas, cursos e atividades culturais do Programa Escola Aberta. A EM Poeint atende em média a 3200 pessoas por mês e pretende dobrar este número em 2018 para 6400 atendimentos, aos sábados e domingos, com possibilidade de estender para outros dias ao longo da semana;
- Ampliar o atendimento da Academia Comunitária em novos horários. Atualmente atende a 150 pessoas semanalmente com 200 na lista de espera. A EM Poeint tem capacidade para 200 atendimentos por dia com a ampliação do número de profissionais;
- Promover atividades culturais mensais abertas à comunidade, a exemplo da Mostra de Economia Solidária, ou outras iniciativas construídas em diálogo permanente com a população local;
- Ofertar atividades de formação musical para estudantes e para a comunidade com a implementação do Projeto “Música no Poeint” potencializando o uso do acervo de instrumentos musicais da instituição;
- Criar com a comunidade o Centro de Memória do Barreiro com objetivo de fortalecer os laços de pertencimento ao território local e valorizar a memória e o patrimônio cultural da região;
- Garantir a abertura da Biblioteca à comunidade, inclusive nos finais de semana, e fortalecer as ações de promoção da leitura junto aos educandos das variadas

formas de atendimento da instituição: Ensino Fundamental, Educação de Jovens Adultos e Programa Escola Integrada;

- Ampliar o acesso e garantir a participação e apropriação da comunidade do entorno do Polo de Educação Integrada e demais localidades do Barreiro nas ações e projetos da EM Poeint por meio de reuniões abertas à população e de mecanismos de participação popular;
- Garantir e ampliar o uso da EM Poeint pela comunidade para a promoção de eventos e atividades de caráter educativo e cultural.

D) Formação inicial e continuada

- Ofertar cursos de formação continuada para professores coordenadores e demais educadores do Programa Escola Integrada;
- Promover imersões pedagógicas (residências) para estudantes de pedagogia e dos cursos de licenciatura,
- Constituir como centro de referência de formação em políticas de Educação Integral para a Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte;
- Organizar e promover seminários e redes de troca para aprofundamento do debate sobre as políticas de Educação Integral no Brasil;
- Acolher bolsistas extensionistas e garantir um processo de formação destes sujeitos com acompanhamento e orientação da experiência pedagógica vivenciada na EM Poeint;
- Fazer da instituição um espaço de socialização e compartilhamento de experiências da cidade e de outros lugares que contribuam com a reflexão das práticas em Educação Integral.

2. CONCEPÇÃO E MARCOS CONCEITUAIS

2.1 Educação Integral e Integrada

A concepção de educação integral pode ser compreendida, cada vez mais, como relacionada à formação do ser humano autônomo, emancipado, capaz de se apropriar das variadas experiências culturais do seu convívio social e ser autor de sua individualidade e sujeito da coletividade. A educação integral pode ser definida também como uma estratégia de formação completa do ser humano, que amplia a concepção de educação e abre espaço para o envolvimento e responsabilidade de toda a sociedade com as novas gerações. Embora, em grande medida, a escola historicamente seja concebida para sistematizar o conhecimento formal dos sujeitos, a formação do mesmo também está inserida em outros espaços sociais. A educação integral visa à valorização da cultura comunitária, considerando a diversidade dos saberes e dos espaços da cidade.

É preciso interpretar o conceito de educação de forma ampliada, para além dos muros da escola e das salas de aula. Perceber outras formas de vivências educativas. Os conteúdos escolares continuam ocupando um lugar relevante no processo educativo mas não serão vistos como única possibilidade de acesso ao conhecimento. Identificar a dimensão educativa nas experiências sociais: na convivência familiar, nos grupos culturais, nos movimentos sociais e em outras relações e interações dos sujeitos com a comunidade e com a cidade. Compreender o conceito de educação integral não só como política de ampliação de tempos e espaços educativos, mas como estratégia de pensar em novas experiências de aprendizagem percebendo os educandos e o conhecimento na sua integralidade. Entender o conceito de educação integrada no marco das ações intersetoriais e da articulação das instituições educativas com as comunidades onde estão inseridas. Pensar a política de educação integral a partir do trabalho em rede e da gestão participativa.

Educação Integral na dimensão do sujeito e do conhecimento. O sujeito em suas múltiplas identidades e experiências: afetiva, cognitiva, psicológica, cultural, social, política, entre outras. A compreensão do conhecimento holístico e concebido de forma integral no cotidiano da vida e também nos processos pedagógicos. A Educação Integrada entendida no marco da relação escola/comunidade e da articulação das políticas públicas, ou seja, integrada à vida social do território da cidade onde a escola está inserida e integrada às políticas sociais e urbanas, especialmente à saúde e assistência social, na perspectiva da intersetorialidade.

2.2 Territórios Educativos na perspectiva das Cidades Educadoras

O debate do conceito de espaço educativo, no contexto da Educação Integral, provoca necessariamente o alargamento do olhar para os espaços da escola e o deslocando para os espaços dos territórios da cidade. O espaço educativo, a partir dessa visão, são todos os locais da escola e fora dela com potencialidade educativa. O que caracteriza um espaço educativo não é sua denominação ou sua finalidade original, a ação educativa realizada e vivenciada é que significa como educativo um determinado espaço. Este sentido reafirma o conceito de lugar como espaço de referência identitária e o território como base (chão) das vivências sociais em sua dimensão material e imaterial, significado pela ação humana, dentre elas as ações educativas.

Nesta perspectiva, compreendemos o conceito de território educativo como uma rede que articula coletivos, manifestações culturais, serviços e equipamentos, que além da escola, agrega outros espaços educativos a exemplo de praças, parques, centros culturais, museus, instituições da sociedade civil, entre outros. Refletir sobre a relação do conceito de território educativo com as atividades desenvolvidas no Programa Escola Integrada e na construção de uma nova proposta pedagógica de Educação Integral é tarefa imprescindível para estabelecer conexões da discussão conceitual com a prática pedagógica, a fim de ressignificar e qualificar os processos formativos dos estudantes em jornada integral nos locais onde vivem e em outros por conhecer. Valorizar o pertencimento aos lugares e à cidade.

Debater o conceito de cidade a partir dos múltiplos olhares e significados que os sujeitos atribuem aos lugares onde vivem. Compreender as cidades como território que dispõe de inúmeras possibilidades educadoras. Entender a cidade como espaço permanente para aprender, trocar e partilhar saberes e conhecimentos enriquecendo a vida de seus habitantes. Debater condições e fatores possíveis para que se possa construir uma verdadeira sociedade de conhecimento, sem exclusões. Compreender a cidade na sua dimensão política e na perspectiva da ampliação dos direitos, no marco do direito à cidade, onde os habitantes poderão desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento.

2.3 Gestão Democrática e Intersetorialidade

A escola constitui-se como um importante espaço de convivência e encontro de diferentes valores, crenças e visões de mundo. O ambiente escolar não apenas constrói novas dinâmicas de interação com a vida social como também reproduz os processos e acontecimento da sociedade numa relação dialética. No desempenho da sua função social, de formadora de sujeitos, a escola precisa ser um espaço de sociabilidade que possibilite a construção e apropriação do conhecimento historicamente produzido. Entretanto, ainda que a escola alcance o máximo de sua efetividade na aplicação de esforços significativos no exercício de uma dimensão da sua função, encontra limitações em face dos desafios educativos das novas gerações.

A complexidade da realidade social tem demonstrado a necessidade de criar novas formas de enfrentamento dos problemas encontrados, que devem ser percebidos em sua totalidade ou nas diversas dimensões que os caracterizam. Neste sentido, a intersetorialidade tem se configurado como estratégia de gestão educativa mais afinada ao desafio de implementar Educação Integral, pois significa uma abordagem dos problemas sociais que enxerga os sujeitos em sua totalidade. Nessa concepção, nenhum direito é maior do que outro, e no marco dos Direitos Humanos, eles são complementares, indivisíveis e inseparáveis. Assim, não se trata de fazer escolhas julgando um aspecto mais importante que outro, mas o de articular, propositalmente, as políticas públicas, expandindo ao máximo a rede de aprendizagens a partir dos interesses dos estudantes e das potencialidades de seus territórios.

Além de demandar uma mudança de concepção, uma ação intersetorial envolve valores de cooperação e parceria, e sua operacionalização envolve, por natureza, a articulação e a integração entre organizações da sociedade civil e instituições públicas e/ou estatais. Essa interação estruturada entre estas organizações converge para a construção de redes sociais. Trata-se de um emaranhado de relações entre organizações que interagem mediadas por atores sociais que buscam compreender de maneira compartilhada a realidade. A organização em rede pressupõe um arranjo entre seus membros de modo horizontal e democrático, que atuam para responder demandas e necessidades sociais de maneira integrada, respeitando a autonomia de cada membro.

O paradigma da intersetorialidade se traduz então em uma nova forma de gestão, um novo formato organizacional, que torna a escola mais aderente às necessidades do estudante, e embora a relação entre intersetorialidade e participação não seja de

identidade, mas sim de sinergia, o princípio intersetorial, à medida que supõe a articulação de planos e serviços, o acompanhamento de informações e articulação em rede, contribui com uma gestão mais democrática, mais permeável à participação social.

Tanto a Constituição Federal de 1988 como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei no 9.394/1996, já apontam em seus princípios o conceito da gestão democrática, em que se reafirma a importância da participação da comunidade escolar e local nos processos de gestão da escola. Neste sentido, para a implantação de proposta pedagógica na perspectiva da gestão democrática e da intersetorialidade, propomos:

- Identificar os parceiros institucionais e não institucionais das escolas e mapear os territórios de atuação desses possíveis parceiros;
- Conhecer e compreender fluxos e serviços das políticas públicas no município para articular e qualificar o atendimento aos estudantes e suas famílias;
- Apontar e construir instrumentos de participação social visando uma organização horizontal que busque a interação de todos os sujeitos da escola/comunidade;
- Respeitar e reconhecer as diversas vozes e opiniões dos profissionais e públicos envolvidos na proposta pedagógica e buscar uma convivência respeitosa na qual o conflito de ideias seja encarado como pressuposto da gestão democrática;
- Envolver múltiplos espaços e atores, que se estrutura a partir do trabalho em rede, da gestão participativa e da corresponsabilização na perspectiva de ampliação do acesso e da garantia dos Direitos Humanos;
- Ampliar o colegiado escolar e criar um conselho comunitário para intensificar o diálogo com a comunidade.

2.4 Os sujeitos da Proposta Pedagógica

Compreender o debate sobre os sujeitos nos processos educativos pressupõe a reflexão dos conceitos de identidade e alteridade. Ninguém existe sozinho, a existência de cada indivíduo depende da existência do outro. Entendemos que um dos desafios da Educação Integral é incentivar as potencialidades dos sujeitos (educadores e educandos) em suas múltiplas dimensões e perceber o ser humano numa perspectiva integral do ponto de vista do conhecimento, da cultura, dos valores, da ética, da estética, da memória e da imaginação. A proposta pedagógica pretende desenvolver a capacidade das pessoas de olhar e se colocar no lugar do outro para compreendê-lo, por meio da convivência democrática, sem ideias preconcebidas. Nossa intenção será reconhecer e respeitar as diferenças entre o “eu” e o “outro” sabedores que somos, ao mesmo tempo, iguais no marco do direito e na condição humana.

Os sujeitos educandos

São crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos atendidos na etapa regular da Educação Básica (Ensino Fundamental II – anos finais – 6º ao 9º ano) e na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA (Ensino Fundamental – 1º e 2º segmentos). Além do público matriculado regularmente, são sujeitos educandos da proposta pedagógica os estudantes participantes do Programa Escola Integrada, atendidos em jornada ampliada e matriculados em outras escolas da regional Barreiro, e o público das atividades educativas comunitárias (cursos e oficinas abertas à população). Os sujeitos educandos serão atendidos conforme as seguintes formas:

Quadro 01

ENSINO FUNDAMENTAL – JORNADA INTEGRAL		
Ano	Número de agrupamentos	Número de estudantes
6º	3	60
7º	2	40
8º	2	40
9º	1	20
TOTAL	8	160

Quadro 02

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA		
Turno	Número de agrupamentos	Número de estudantes
Manhã	2	40
Tarde / Noite	2	40
Noite	2	40
TOTAL	6	120

Quadro 03

PROGRAMA ESCOLA INTEGRADA – JORNADA AMPLIADA	
Turno	Número de estudantes
Manhã	765
Tarde	765
TOTAL	1530

Quadro 04

ATIVIDADES EDUCATIVAS COMUNITÁRIAS	
Atividade	Número de participantes
Academia Comunitária	240
Projeto “Música no Poeint”	200
Programa Escola Aberta	400
TOTAL	840

Quadro 05

ATENDIMENTO GERAL – SEMANAL	
Oferta / Atividade	Número de atendimento
Ensino Fundamental – Jornada Integral	160
Educação de Jovens e Adultos - EJA	120
Jornada Ampliada – Programa Escola Integrada	1080
Ações Educativas Comunitárias	840
TOTAL	2650

Os perfis e características de cada fase de desenvolvimento humano, considerando as especificidades geracionais, são elementos cruciais para perceber e compreender a diversidade dos sujeitos e garantir que o atendimento aos educandos seja marcado pelo respeito às individualidades e subjetividades. Ao considerar que o acesso à escola deve ser uma garantia à todas as pessoas de forma indistinta é possível afirmar a existência de um elo que agrega todos os sujeitos aprendizes, independente das especificidades de cada faixa etária ou da forma de atendimento: o direito à educação ao longo da vida.

Sabemos, entretanto, dos desafios para a garantia da educação como direito subjetivo alicerçado na Constituição de 1988, mesmo para as etapas escolares de matrícula obrigatória. Embora garantido por lei, o ideal de universalização da Educação Básica ainda não foi plenamente alcançado pois ainda persiste no país as marcas históricas da desigualdade social. Até o início dos anos 1990, era possível observar o alto índice de evasão escolar em decorrência das reprovações de estudantes que não obtinham resultados satisfatórios nas escolas. Os números elevados de reprovação e abandono da escola eram sempre mais concentrados entre educandos pobres e negros. Após grande pressão dos movimentos sociais, e também por demandas do sistema produtivo, a LDBE de 1996 passa a garantir a presença de todas as classes sociais nas escolas públicas e as redes de ensino recebem crianças e adolescentes que até então ficavam à margem da escolarização. A partir desta época, um outro perfil social passa a se constituir na educação pública brasileira.

O Brasil testemunha um processo de universalização do acesso à educação formal de amplas camadas da população e a inserção, no interior das escolas, das questões sociais que, até então, ficavam para o lado de fora dos muros da instituição. As desigualdades existentes nesses meios tais como, a faixa etária dos estudantes, suas origens socioeconômicas, culturais, religiosas, étnicas, dentre outras, são, portando, incorporadas e passam a configurar o contexto escolar. A pobreza e a falta de condições dignas de vida são características que marcam muitos estudantes em sua trajetórias pessoais. Uma proposta pedagógica de uma escola comprometida com uma educação de qualidade social necessita considerar as condições socioculturais dos seus educandos e precisa buscar estratégias educativas adequadas para a diversidade dos sujeitos que compõem o contexto escolar. O discurso oficial e a cobrança de metas e resultados do desempenho dos estudantes não podem negligenciar as condições objetivas de vida destes sujeitos. As políticas públicas em educação precisam de forte articulação com as outras políticas sociais para uma real educação “integral” e “integrada”.

Neste cenário, não são mais aceitos os altos índices de reprovação e evasão de outrora provocados, dentre outros fatores, pela exigência, por meio de exames, testes e/ou provas, que julgam os conhecimentos dos sujeitos a partir de uma única dimensão: a cognitiva. Para romper com este paradigma meritocrático, escolas públicas de todo o país, necessitam desenvolver projetos e propostas pedagógicas que valorizem os múltiplos saberes e aspectos da vida do educando -compreendendo o sujeito como integral- e enfrentem as desigualdades presentes na vida escolar. Dados de matrícula e frequência no contexto atual indicam que o Estado brasileiro avançou na garantia do acesso e permanência da maior parte das crianças e adolescentes, até os quinze anos, no interior das escolas de ensino fundamental. Infelizmente, isso ainda não acontece quando consideramos os cidadãos com mais de quinze anos de idade. Entretanto, constata-se que o nível de aprendizagem, a partir de indicadores nacionais e internacionais, não acompanhou na mesma proporção os números do processo de universalização da escola. Em grande medida isso acontece quando a aprendizagem dos educandos é aferida prescindindo da análise das condições concretas de vida e do meio social dos sujeitos, comprometendo a leitura do resultado e o sentido do conceito de qualidade na educação servindo meramente para classificações hierárquicas de pessoas, escolas ou sistemas de ensino.

Ao verificar que o desempenho considerado satisfatório para a totalidade daqueles que frequentam os espaços escolares não acompanhou o aumento do número de vagas oferecidas, setores da sociedade passaram a cobrar, além do acesso e permanência, a aprendizagem dos estudantes. Neste sentido, é necessário pensar em outros indicadores de qualidade e ressignificar os instrumentos que só servem para diferenciar os estudantes que acumulam muitos fracassos nos processos de ensino e de aprendizagem daqueles que atingiram as metas estabelecidas em cada nível de escolarização. É preciso refletir e repensar as organizações sistêmicas e escolares, a prática docente e uma forma equitativa para estabelecer expectativas de aprendizagem. Com isso, é natural e inevitável que ocorram ritmos diferenciados de aprendizagem entre os sujeitos de um mesmo agrupamento ou turma e tais diferenças devem ser respeitadas. Os movimentos sociais salientam que para lidar de forma justa com essas diferenças os profissionais da educação necessitam criar estratégias pedagógicas e isso se configura como um grande desafio.

Os critérios de diferenciação citados anteriormente estão relacionados ao que distingue o sujeito a partir do seu nível de aprendizado. O indicador 'desempenho escolar

dos estudantes' está associado, em grande medida, às questões sociais, econômicas, culturais, étnicas, etc. Observa-se, na maioria das vezes, que crianças das classes populares não chegam à escola como as professoras esperam que elas cheguem. Além disso, elas não progridem de acordo com as expectativas da escola e/ou dos sistemas de ensino devido aos seus contextos de vida e ficam à margem dos chamados "processos de ensino e de aprendizagem". Ao não avançarem como previsto, vão sendo avaliadas de forma negativa e acabam consideradas como as que não encontram um lugar na escola. "A diferença de seus modos de viver, pensar, agir, aprender, falar, se relacionar, vai se revelando na escola como deficiência: teoria e prática se alimentam mutuamente." (Esteban , 2003). No decorrer de suas trajetórias escolares tais crianças tornam-se adolescentes que acumulam grandes defasagens de aprendizado.

Assim, para que haja uma diminuição entre as desigualdades presentes nos âmbitos escolares é necessário uma nova proposta de organização e enturmação dos estudantes e um currículo mais dinâmico que tenha sentido e significado para os sujeitos. Neste sentido, a ação docente deve ser capaz de valorizar e trabalhar para que cada estudante em suas particularidades seja contemplado nos processos pedagógicos e isso reflete o quão desafiador é para o educador atingir aos propósitos de promover aprendizagem para todos, repetindo a diversidade dos sujeitos educandos e reconhecendo todos os saberes construídos.

Os sujeitos educadores

Em uma instituição escolar é importante que todos os profissionais, que atuam em diversificadas funções, estejam conscientes do papel de cada um para os processos de aprendizagem dos estudantes. A interação, a comunicação e a formação de todos os sujeitos educadores são primordiais para que a proposta alcance resultados satisfatórios em consonância com as diretrizes da ação pedagógica.

Professores municipais de diferentes especialidades e componentes curriculares, agentes culturais, monitores e bolsistas extensionistas, preferencialmente estudantes dos cursos de licenciatura, constituirão o corpo de educadores nesta proposta ora apresentada. Propomos a constituição de uma equipe com disponibilidade e disposição para o trabalho na perspectiva de um currículo integrado. A equipe de educadores assim será distribuída:

Quadro 06

ENSINO FUNDAMENTAL – JORNADA INTEGRAL		
Área do Conhecimento	Componente curricular	Nº de professores
Ciências Humanas	Geografia	2
	História	2
Ciências da Natureza e Matemática	Ciências	2
	Matemática	2
Códigos e Linguagens	Arte	1
	Educação Física	1
	Língua Estrangeira	1
	Língua Portuguesa	2
TOTAL	8	13

* Os professores do Ensino Fundamental em jornada integral terão uma carga horária de 45 horas semanais (professores com um cargo efetivo em extensão de jornada ou dois cargos efetivos). Dos treze professores da equipe, dois cumprirão a função de coordenação (Coordenação Geral da Política Pedagógica e Coordenação Pedagógica do Ensino Fundamental) e onze atuarão no desenvolvimento de atividades pedagógicas com os estudantes. Cada área de conhecimento deverá contar com pelo menos um professor de cada componente curricular (disciplina) que a compõe.

Quadro 07

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA		
Área do Conhecimento	Componente curricular	Nº de professores
Ciências Humanas	Geografia	2
	História	
Ciências da Natureza e Matemática	Ciências	2
	Matemática	
Códigos e Linguagens	Arte	5
	Educação Física	
	Língua Estrangeira	
	Língua Portuguesa	
TOTAL	8	9

* Os professores da EJA terão uma carga horária semanal de 22 horas e 30 minutos (um cargo completo) com lotação na EMPoeint ou em extensão de jornada (dobra). Dos nove professores, um cumprirá a função de coordenação (Coordenação Pedagógica da Educação de Jovens e Adultos) com carga horária semanal de 45 horas (dois cargos completos) e oito atuarão no desenvolvimento de atividades pedagógicas com os estudantes. As áreas de Ciências Humanas e Ciências da Natureza e Matemática deverão ser compostas por professores com formação específica em pelo menos um dos componentes curriculares que as compõem. A área de Códigos e Linguagens poderá ser composta por professores com formação específica nos componentes curriculares que a compõe e ainda por profissionais com formação em Pedagogia ou Normal Superior. Cada turno contará com pelo menos um professor alfabetizador.

Quadro 08

PROGRAMA ESCOLA INTEGRADA – JORNADA AMPLIADA			
Macrocampo	Vivência Educativa (Oficina)	Educador	Nº
Artes do Saber	Teatro	Monitor	1
	Dança	Monitor	1
	Artes Urbanas	Bolsista extensionista	2
Movimentos do Saber	Capoeira	Monitor	2
	Jogos e Brincadeiras	Bolsista extensionista	2
Linguagens do Saber	Educomunicação - Fotografia e Vídeo	Monitor	1
		Bolsista extensionista	2
	Educomunicação - Radio Escolar	Monitor	1
		Bolsista extensionista	2
	Educomunicação - Informática	Monitor	1
		Bolsista extensionista	2
	Educação Ambiental - Horta Escolar	Monitor	1
		Bolsista extensionista	2
Ritmos do Saber	<i>Quadro específico – Projeto Música no Poeint</i>		
Total de Monitores			8
Total de Bolsistas Extensionistas			12
Total de Agentes Culturais			4
TOTAL DE EDUCADORES – JORNADA AMPLIADA			24

* Os monitores cumprirão uma jornada semanal de 44 horas. Os bolsistas extensionistas cumprirão uma jornada semanal de 20 horas nos turnos da manhã ou tarde. Os agentes culturais cumprirão uma jornada semanal de 44 horas e serão apoio à coordenação da jornada ampliada e poderão ofertar oficinas de acordo com o planejamento do tempo de trabalho.

Quadro 09

ATIVIDADES EDUCATIVAS COMUNITÁRIAS		
Programa / Projeto	Vivências educativas (oficinas)	Nº de Educadores
Projeto Música no Poieint	Atividades musicais	5
	Contrabaixo	2
	Madeiras	2
	Metais	2
	Percussão	2
	Piano	1
	Viola de orquestra	2
	Violino	2
	Violoncelo	2
Total de monitores		20
Programa Escola Aberta	Basquete	1
	Tecnologias Educacionais	1
	Baseball	1
	Jogos de Informática	1
	Jogos e Brincadeiras	2
	Musicalização - Violão	1
	Futsal	1
	Artes Marciais	1
	Cineclube	1
	Informática / Telecentro	2
	Teatro	1
Total de monitores		13
Total de Professores de Educação Física da		3
TOTAL DE EDUCADORES – ATIVIDADES COMUNITÁRIAS		36

* Os monitores do Projeto “Música no Pooint” terão jornada semanal de 44 horas e atenderão aos educandos da jornada integral, jornada ampliada e da comunidade. Os monitores do Programa Escola Aberta atuarão nos finais de semana (sábado e domingo) e poderão atuar em dias da semana (segunda a sexta-feira) com ressarcimento correspondente ao número de horas trabalhadas. Os três professores de Educação Física da academia comunitária cumprirão a carga horária de 22 e 30 minutos em extensão de jornada (dobra).

Os educadores deverão compreender a prática pedagógica para além da definição ancorada no esquema que articula os três elementos que constituem essa prática (conhecimento, educador e educando). Nesta perspectiva, o conceito contempla os saberes e subjetividades dos sujeitos envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem, as relações e as especificidades dos conhecimentos trabalhados nesses processos e os contextos em que se dão.

A prática pedagógica envolve as particularidades referentes ao dirigente dessa ação além de diferentes variáveis que determinam as suas atitudes: sua experiência, sua corporeidade, sua formação, as suas condições de trabalho e as suas escolhas profissionais. Estes aspectos são apenas alguns, dentre todos os que constituem as ações pedagógicas nos ambientes educativos e as suas relações com os demais sujeitos do sistema escolar, em especial com os educandos.

Na concepção da educação para todos, os educadores necessitam adequar suas práticas aos educandos e aos propósitos da proposta pedagógica. Parte dessa adequação do trabalho se baseia na ampla compreensão de suas atribuições e assim, na complexificação de suas funções. Conseqüentemente passam a desempenhar um papel para além de sua formação específica e precisam flexibilizar e repensar suas ações cotidianas. É fundamental que estabeleçam uma relação de proximidade com a escola, considerando desde os projeto político pedagógico, sua interpretação e implementação até as condições de materialidade e espaços físicos, por exemplo. Essa relação, com definições construídas democraticamente, será capaz de coletivizar a ampliação das atividades pedagógicas nas variadas atribuições do trabalho do educadores bem como de potencializar o alcance de suas ações. Mesmo reconhecendo que o educador precisa posicionar-se com autoridade junto aos educandos, ocupando o lugar de mediador da prática pedagógica, sua posição poderá ser relativizada, em menor ou em maior grau, sempre que necessário e ancorada nos princípios da convivência democrática.

Em relação aos saberes dos sujeitos em consonância com as práticas pedagógicas

que exercem cotidianamente, para além dos conhecimentos acadêmicos e pedagógicos, há um amplo volume de elementos referentes às suas formações pessoais que constituem o educador: experiências, crenças, concepções, afetividades, etc. A relação que o sujeito educador estabelece com a escola e com os demais sujeitos da instituição, é determinada por uma diversidade de conhecimentos sociais e culturais e pelos valores de cada um deles. É importante considerar que tais sujeitos utilizam do conjunto de seus saberes em todas as suas decisões de trabalho, ainda que nem sempre esses processos sejam explícitos, para buscar saídas visando atingir seus objetivos profissionais. Essas decisões podem refletir em uma prática que ora reproduz, mas que também pode inovar a ação pedagógica fazendo com que o educador seja agente transformador não só de sua prática específica como também da prática escolar como um todo.

Por meio da formação acadêmica do educador, de seus saberes, de suas experiências profissionais, da escola em que atua e de todo o cenário em que tais experiências foram vivenciadas se configura a historicidade de sua prática pedagógica. A relação que o educador estabelece entre suas bagagens intelectual e emocional com a realidade do seu cotidiano escolar é determinada por essa construção, bem como pelo resultado dela. Vale ressaltar que, independente da postura que o educador tenha em suas ações, a sua relação com o estudante é marcada pelo encontro de posições diferentes na instituição, visto que é ele quem conduz os processos pedagógicos.

Ensinar e formar sujeitos considerando as condições de trabalho e os contextos sociais aos quais estão inseridos são, portanto, os grandes desafios do educador contemporâneo e o seu fazer pedagógico é marcado de maneira consciente ou não por todas as questões apresentadas. É importante que esse sujeito compreenda a complexidade de fatores que influenciam sua prática pedagógica para utilizar, de maneira intencional, o conhecimento produzido ao longo de sua trajetória profissional.

Para que o educador consiga exercer algum papel de agente de transformação social, é importante que ele tenha conhecimento de todas as dimensões que determinam a sua prática pedagógica. Nesta perspectiva, suas ações conscientes serão imbuídas por uma intencionalidade e o cotidiano escolar será rompido para pausas de reflexão que determinarão o seu fazer e a capacidade de compreender e enfrentar a reprodução das desigualdades sociais no espaço escolar e procura transformar seu *loco* de trabalho identificando e entendendo as diferenças e os conflitos como pressupostos das relações democráticas. Ao desenvolver seu trabalho guiados por estes princípios, o educador concretiza o seu papel transformador por meio de sua práxis pedagógica.

3. ETAPAS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

3.1 Ensino Fundamental

Legislação

Belo Horizonte segue a legislação e recomendações dos órgãos que regulamentam a Educação em nível nacional que determinam que a garantia da oferta do Ensino Fundamental público, sem requisito de seleção, gratuito e de qualidade é de obrigação do Estado e de responsabilidade do Município. O Ensino Fundamental, regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDBE nº 9.394), corresponde à etapa intermediária da Educação Básica que inicia na Educação Infantil e se encerra no Ensino Médio.

A partir da lei nº 11.274 de 2006, o Ensino Fundamental passou a ter duração mínima de nove anos e a partir daí, várias orientações para o seu funcionamento tem sido publicadas no âmbito nacional. As Diretrizes Nacionais para a Educação Básica de 2013 apresentam os fundamentos, princípios norteadores, objetivos e orientações sobre a organização curricular para toda a Educação Básica.

O documento reafirma a obrigação do Estado de comprometer com uma educação de qualidade social, entendida como direito de todos. Nessa perspectiva, educação de qualidade precisa ser relevante, pertinente e equitativa, e para tal, há que se oportunizar experiências pedagógicas significativas aos sujeitos, atendendo às necessidades e às características individuais de diversos contextos sociais e culturais e com diferentes capacidades e interesses. Cada indivíduo precisa ser tratado de forma diferenciada para garantir a todos a igualdade do direito à educação.

Sobre a matrícula e a carga horária o Ensino Fundamental deve atender a população na faixa etária dos 6 (seis) anos aos 14 (quatorze) anos de idade e se estender, também, a todos os que, na idade própria, não tiveram condições de frequentá-lo. A carga horária mínima anual do Ensino Fundamental regular é de 800 (oitocentas) horas, distribuídas em, pelo menos, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar. Na proposta pedagógica da EM Poeint, a oferta do Ensino Fundamental em jornada integral (tempo integral) será de 1400 (mil e quatrocentas horas) ao longo de 200 (duzentos) dias letivos com o desenvolvimento de 7 (sete) horas diárias de atividades pedagógicas.

Princípios curriculares

O Currículo do Ensino Fundamental será organizado em áreas do conhecimento articulados por eixos temáticos e efetivados por meio de vivências pedagógicas que relacionam as experiências e os saberes dos estudantes e educadores com os conhecimentos acadêmicos e científicos historicamente construídos e traduzidos normalmente para as escolas em componentes curriculares. Será constituído por meio da leitura e interpretação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em fase de finalização pelo Ministério da Educação (MEC), e das Proposições Curriculares do município de Belo Horizonte em articulação com os saberes e experiências do território onde a escola está inserida. Os conteúdos serão trabalhos de forma integrada, sem fragmentação por disciplina. A proposta curricular será ancorada nas seguintes áreas de conhecimento, a saber: Linguagens e Códigos, Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Humanas. As áreas de conhecimento favorecem a comunicação entre diferentes conhecimentos sistematizados entre estes e outros saberes e permitem que os referenciais próprios de cada componente curricular sejam preservados.

O currículo da base nacional comum do Ensino Fundamental deve abranger, obrigatoriamente, conforme o art. 26 da LDBE, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente a do Brasil, bem como o ensino da Arte e a Educação Física. O ensino de História do Brasil reconhecerá as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia e estará em consonância com as Leis 10.639/93 e 11.645/08.

Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei 9.795/99). A transversalidade constitui uma das maneiras de trabalhar os componentes curriculares, as áreas de conhecimento e os temas sociais em uma perspectiva integrada.

Importante observar que valores e atitudes serão trabalhados por meio de estratégias educativas, rotinas, rituais, normas de convívio social, festividades, pela

distribuição do tempo pedagógico e organização dos espaços, pelos materiais utilizados na aprendizagem e pelo recreio, enfim, por todas as vivências proporcionadas pela escola. Assim, os conhecimentos e saberes serão desenvolvidos em conexão com os elementos para a formação ética, estética e política dos estudantes.

Nesse contexto, numa proposta pedagógica que envolva o trabalho com crianças, adolescentes, jovens e adultos devem estar presentes os princípios:

- **éticos** - de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, orientação sexual, gênero, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
- **políticos** - de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios; da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades; da redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais;
- **estéticos** - do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira; da construção de identidades plurais e solidárias.

A partir dos princípios elencados, é de primordial importância, considerar que o Ensino Fundamental possui o objetivo de promover a formação básica dos cidadãos a partir das seguintes habilidades:

- Desenvolvimento da capacidade de aprendizagem tendo a leitura, a escrita e o cálculo como instrumentos elementares, mas valorizando os conhecimentos de formação humana,
- Compreensão da natureza e da sociedade nas suas dimensões artística, tecnológica, política e ética;
- Fortalecimento dos vínculos sociais e afetivos, tendo em vista uma educação para o respeito às diferenças e dos Direitos Humanos.

Para atender aos princípios e objetivos previstos para o Ensino Fundamental em seus marcos legais, a instituição escolar precisa se organizar em torno de uma proposta pedagógica que ofereça mais possibilidades de formação diversificada às crianças e adolescentes. Para isso, as Diretrizes de 2006 apontam o aumento do número de horas diárias de efetivo trabalho escolar e afirmando que a proposta educativa da escola de tempo integral poderá contribuir significativamente para a melhoria da qualidade da educação e do rendimento escolar, ao passo em que se exorta os sistemas de ensino a ampliarem a sua oferta. Esse tipo de escola, quando voltada prioritariamente para o atendimento das populações com alto índice de vulnerabilidade social que, não por acaso, encontram-se concentradas em instituições com baixo rendimento dos alunos, situadas em capitais e regiões metropolitanas densamente povoadas, poderá dirimir as desigualdades de acesso à educação, ao conhecimento e à cultura e melhorar o convívio social.

3.2 Educação de Jovens e Adultos – EJA

Concepção e posicionamento político: Educação de Jovens e Adultos e Educação Integral como direito

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) de uma cidade deve ter como princípio a noção de educação como direito e a garantia tal como preconiza o artigo 5º Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394/96:

Artigo 5º – O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

§ 1º – Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com assistência da União:

1 – recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso;

Por se tratar de uma modalidade específica da Educação Básica, deve ter autonomia para uma organização própria com o propósito de atender aos sujeitos em suas especificidades. Além disso, não pode deixar de se apoiar em três funções primordiais:

1. a função reparadora, que sugere a restauração de um direito negado, sem que se configure uma educação compensatória;
2. a função equalizadora, que possibilita a reentrada no sistema educacional daqueles/as que tiverem trajetórias escolares desiguais; e
3. a função qualificadora, no sentido de educação permanente e para toda a vida.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira (Lei Nº 9.394/96) dedica à EJA uma seção específica em que a trata como modalidade da Educação Básica e garante sua oferta gratuita a todos os que não tiveram escolarização na idade própria. Conforme os Artigos 37 e 38:

Artigo 37 – A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º – Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º – O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Artigo 38 – Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º – Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para maiores de quinze anos;

II – no nível de conclusão do ensino médio, para maiores de quinze anos;

§ 2º – Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Em Belo Horizonte , a EJA é regulamentada pelo Conselho Municipal de Educação por meio do Parecer Nº 093/02 e pela Resolução Nº 001/03 que trazem grandes contribuições para a garantia do respeito às diversidades presentes na EJA e do acesso, permanência e aprendizagem dos educandos e com as quais comungamos e pretendemos efetivar no dia-dia com todos os sujeitos da EJA.

Apesar de sua enorme diversidade, os sujeitos educandos da EJA tem a exclusão como característica comum, permanente e fundamental em suas histórias. Segundo Arroyo (2012) são pessoas subalternizadas, oprimidas por diferentes formas de dominação econômica, política e cultural, mas que se fazem presentes como atores na cena social, vítimas de permanente segregação social e racial. Trazem em si - em seus corpos e suas histórias - marcas forjadas num processo de relações de poder.

Assim, é preciso construir iniciativas a fim de garantir o atendimento ao direito de conclusão ao Ensino Fundamental a esses sujeitos que vivem um processo potencializado de exclusão social alicerçado especialmente em discriminações por classe social, etnia, religião e orientação sexual. Deste modo, compreendemos a EJA como um campo de direitos e de responsabilidade pública, e portanto, cabe-nos então sua defesa, construída no diálogo com os diversidades. Pois,

[...] a EJA, como um campo político de formação e de investigação, está irremediavelmente comprometida com a educação das camadas populares e com a superação das diferentes formas de exclusão e discriminação existentes em nossa sociedade, as quais se fazem presentes tanto nos processos educativos escolares quanto nos não escolares.(SOARES, 2005, p. 8)

A partir desta reflexão, a Escola Municipal Polo de Educação Integrada – EM Poeint apresenta sua proposta pedagógica para a oferta da Educação de Jovens de Adultos a partir da concepção de Educação Integral, qual seja, aquela que considera todas dimensões da vida humana como de fundamental importância na formação do sujeito. A ideia é que o atendimento signifique uma possibilidade de (re)aproximação desses sujeitos com o espaço educativo escolar, priorizando atender aos educandos, através de acordos diferentes, coletivos e individualizados, com vistas a escolarização humanizada, contextualizada, dialogada e que contribua para um formação de qualidade social de todos os sujeitos envolvidos no processo.

Nossa proposta se materializa tendo como principal ação a construção de uma formação que considere as dimensões da vida humana de jovens, adultos e idosos, como objetivos de alfabetização e letramento, assim como o aprofundamento dos conhecimentos escolares, mas também de uma perspectiva de equalização dos conhecimentos escolares, populares e prévios dos educandos, fundamentada numa compreensão de integralidade e de interdependência das seguintes dimensões: condições de vida, representações sociais e hipóteses sobre a leitura, a escrita e a existência no mundo, compreendendo os aspectos políticos, históricos e sociais no sentido de superar a lógica de exclusão social, produzida e reproduzida nas relações sociais.

Nesse sentido, cientes de que a Educação de Jovens e Adultos deve proporcionar aos estudantes se perceberem enquanto sujeitos inseridos em uma cultura, a escola deve possibilitar vivências em que esses jovens, adultos e idosos compreendam suas histórias de vida, que se dão na apropriação de espaços (internos e externos) que lhe são seus por direito, a fim de permitir diferentes possibilidades de acesso a informações e saberes, para a construção de conhecimentos essenciais para usufruírem de seu direito a educação integral em seus aspectos cognitivos, emocionais e corporais.

Em suma, a proposta considera as dimensões fundamentais da vida humana partindo sempre das realidades coletivas e individuais dos sujeitos para alçar o objetivo de sua promoção social e elevação da qualidade social de suas experiências de inserção no mundo real e simbólico em que existem.

Tempos de Formação

As orientações do Parecer Nº 093/2002 do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte (CME/BH) que regulamenta a Educação de Jovens e Adultos nas escolas municipais de Belo Horizonte estabelece como referência o tempo definido em horas.

Ao adotar a concepção da integralidade da formação do sujeito, a perspectiva sobre o tempo também se traduz, inexoravelmente pelo olhar de um tempo integral de formação. Assim, obviamente, o tempo na EJA não deve ser rígido, pois há que se considerar que o educando vivencia outros espaços e tempos de formação, fora do âmbito escolar dando novos significados e contribuições ao processo de construção de conhecimento.

No cotidiano a EJA se organiza com oferta mínima de 3 horas diárias de atividades com os educandos, de segunda à quinta-feira, nos três turnos (manhã, tarde e noite) de funcionamento da escola.

De acordo com a orientação da Secretaria Municipal de Educação, a carga horária total definida é de 1.920 (um mil e novecentos e vinte) horas e o tempo mínimo para a permanência do educando na EJA é de 240 (duzentos e quarenta) horas.

Vale lembrar que este tempo é estabelecido como referência, pois as condições e possibilidades de construção de conhecimento são múltiplas e diversas e que cada educando tem sua especificidade. Assim, a certificação deve considerar, para além do tempo aqui referenciado questões relacionadas à necessidade, desejo e objetivos previamente acordados entre educandos e educadores em relação às expectativas e aprendizagens coletiva e individualmente acordadas.

Certificação/ Frequência/ Matrícula

A conclusão do Ensino Fundamental é um direito do educando materializado por uma certificação. A perspectiva que adotamos de formação integral do sujeito impescinde de um olhar diferenciado de todo o processo, especialmente de sua finalização. Desta forma a certificação dos estudantes se dará na medida da presença concomitante do desejo, da necessidade e do atingimento de suas expectativas de formação. Nossa organização da formação do educando parte de um acordo, individual e coletivo, de intenções de aprendizagem. Estas intenções são pactuadas a partir da análise em conjunto, do educando e educadores de seus conhecimentos já consolidados e das necessidades de aprendizagem vislumbradas. Para isso serão considerados todos os registros do educando, autoavaliação, sua participação no processo de escolarização, responsabilidade, comprometimento, interesse, civilidade, postura ética, trajetória pessoal e escolar. Vale destacar que não há época específica para certificação, podendo esta ocorrer a qualquer momento do ano escolar.

A frequência será computada como forma de acompanhamento do educando e de sua trajetória. As faltas e afastamentos justificados serão registradas em formulário próprio, não implicando em desligamento do educando. Esse ocorrerá, somente, quando transcorridos 51 dias de faltas consecutivas, sem justificativa.

A matrícula poderá ocorrer em qualquer época do ano e o educando será acolhido para elaboração de suas intenções de formação. Para tanto serão consideradas ferramentas importantes o questionário sociocultural, a avaliação diagnóstica e uma conversa individual com os educadores, na qual a equipe pedagógica dialogará com o interessado as possibilidades de sua entrada e permanência na Educação de Jovens e Adultos.

Algumas ações são propostas com o intuito de garantir a inserção, a frequência, a participação, a permanência e a valorização dos educandos jovens, adultos e idosos na escola. Estas ações visam garantir a construção da aprendizagem qualificada, objetivo primeiro da escola, agregando valores que possibilitarão aos estudantes intervirem de forma crítica, construtiva e solidária nos diversos espaços. Dentre estas podemos destacar: valorização das produções dos estudantes; intervenção sistemática nos processos individuais e coletivo de aprendizagem; apropriação de outros espaços de aprendizagem; integração entre os educandos de faixas etárias homogêneas e heterogêneas de forma a valorizar as contribuições de cada indivíduo; integração com outras escolas, possibilitando o enriquecimento do processo de construção do saber; o conhecimento e o respeito a outros espaços e comunidades; atividades que valorizem a diversidade; gincanas culturais; integração e interação com a comunidade de forma a conhecer suas necessidades, valorizando algumas ações e projetos da comunidade.

Avaliação

A avaliação será contínua e processual. O envolvimento dos educandos com as atividades propostas e seu desempenho nas mesmas serão considerados, assim como suas intervenções, seus registros, sua oralidade, sua capacidade de observação, análise e crítica. A interação com os envolvidos na formação também será um parâmetro na avaliação dos educandos. O importante será o desenvolvimento dos educandos de acordo com o projeto individual e coletivo construído para a Educação de Jovens e Adultos - EJA nesta escola.

4. ESTRUTURA CURRICULAR: DERRUBAR PAREDES E TECER REDES

4.1 Mandala da proposta pedagógica

Optamos em utilizar uma mandala para a representação simbólica da proposta pedagógica da EM Poeint. Ela apresenta toda configuração da estrutura curricular como uma rede permanente de interlocução e integração dos conhecimentos, saberes, espaços, tempos, e fazeres dos sujeitos de uma ação educativa na perspectiva da Educação Integral. A partir de uma visão sistêmica, a proposta busca a articulação e interação dos conhecimentos escolares (referenciados nos conhecimentos acadêmicos e científicos) com os saberes e experiências da comunidade (sujeitos e território).

Os anéis da mandala comunicam elementos relevantes no processo de aprendizagem dos estudantes considerando as múltiplas abordagens e possibilidades de trocas (tecer redes) entre a escola e a comunidade (derrubar as paredes da escola). A intenção é que ela seja um instrumento e ferramenta de auxílio e de orientação à construção de estratégias pedagógicas para a Educação Integral, permitindo que o educador possa fazer diferentes conexões entre os anéis para desenvolver uma educação significativa para os educandos.

O centro da mandala é o sujeito educando: criança, adolescente, jovem ou adulto. A ideia é olhar para as pessoas em todas as suas dimensões. É a partir desta centralidade que os educadores desenvolverão as atividades pedagógicas tendo em vista a busca da aprendizagem para todos e todas considerando as especificidades geracionais tanto no Ensino Fundamental quanto na Educação de Jovens e Adultos.

O objetivo é a efetivação de uma proposta curricular que de fato tenha significado para os educandos. Os educadores deverão, por meio da concepção e dos marcos conceituais da proposta de Educação Integral, estabelecer conexões das vivências construídas nos roteiros educativos das áreas de conhecimento com as vivências e experiências dos sujeitos nos lugares que habitam. Para isso, utilizarão de todas as ferramentas e tecnologias, materiais e imateriais, para garantir uma trilha educativa com respeito às diferenças, participação ativa, autonomia dos sujeitos aprendizes e exploração de todos os espaços educativos seja na própria escola, na família, na comunidade ou território da cidade.

A mandala cumpre o papel de referencial simbólico dos princípios que norteiam as decisões e ações dos sujeitos na vivência efetiva da proposta pedagógica.

4.2 Dimensões dos sujeitos

Compreendemos que uma proposta de Educação Integral deve reconhecer todas as potencialidades dos sujeitos em todas as suas dimensões: social, afetiva, cognitiva, corporal, cultural e estética. A multidimensionalidade do ser humano e as especificidades do desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, considerando o corpo, a mente e a vida social, no sentido da garantia dos direitos e da autonomia, deve estar contemplada em todos os processos de aprendizagem, com estratégias de interação que favoreçam não apenas o aspecto intelectual, mas todas as outras dimensões, entendendo-as como interligadas e codependentes.

Neste sentido, a preocupação com os conteúdos acadêmicos e científicos não poderá prescindir da relação efetiva com a vida social dos sujeitos educandos. É necessário uma abertura para as diferentes linguagens e experiência, sem preconceitos, para compreender e integrar as variadas dimensões do conhecimento: do corpo, das emoções, das relações e dos códigos socioculturais.

4.3 Etapa e modalidade de ensino

A proposta pedagógica da EM Poeint, na perspectiva da Educação Integral, contempla o Ensino Fundamental II – anos finais – 6º ao 9º ano e a Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental. Serão os mesmos princípios à luz da concepção de política de educação apresentada neste documento, adequadas às especificidades dos sujeitos educandos e das intenções pedagógicas de cada etapa e modalidade.

4.4 Áreas do conhecimento

O currículo do Ensino Fundamental, como etapa ou modalidade, é organizado em áreas do conhecimento que reúnem os conhecimentos historicamente sistematizados pela humanidade e serão compartilhados com os estudantes por meio das atividades pedagógicas no processo de aprendizagem. As áreas contemplam todos os componentes curriculares:

Linguagens e Códigos

Integra as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Arte e Educação Física. No mundo contemporâneo, marcado por um apelo informativo imediato, a reflexão sobre a linguagem e seus sistemas, que se mostram articulados por múltiplos códigos e sobre processos e procedimentos comunicativos, é, mais do que uma necessidade, uma garantia de participação ativa na vida social, a cidadania desejada.

Ciências da Natureza e Matemática

Integra as disciplinas de Ciências e Matemática. A aprendizagem desta área indica a compreensão e a utilização dos conhecimentos científicos, para explicar o funcionamento do mundo, bem como planejar, executar as ações de intervenção na realidade.

Ciências Humanas

Integra as disciplinas de História e Geografia. Deve-se desenvolver a tradução do conhecimento das Ciências Humanas em consciências críticas e criativas, capazes de gerar respostas adequadas a problemas atuais e a situações novas.

4.4 Intencionalidades pedagógicas

Os objetivos de aprendizagem dos estudantes serão construídos levando em consideração as idades, etapa e modalidade do Ensino Fundamental. Partirá dos referenciais curriculares nacionais e municipais e reconhecerá o direito à aprendizagem respeitando os variados ritmos e expectativas dos sujeitos aprendizes. Buscará a interação de um cardápio curricular com múltiplas linguagens, recurso, espaços, saberes e agentes para criar condições de enfrentamento das desigualdades educacionais.

4.5 Saberes comunitários e da experiência

Para além dos conhecimentos acadêmicos e científicos a proposta pedagógica buscará construir e reconhecer novos saberes por meio da relação com a comunidade. Os sujeitos possuem um modo de viver, ser, fazer, pensar e cada território, constroem suas formas de habitar, vestir, comer, expressar e narrar seus elementos culturais. A proposta buscará conexões com os seguintes saberes: jogos e brincadeiras, narrativas locais, festas e celebrações, alimentação, linguagens artísticas, variados ritmos e movimentos além das experiências sociais vivenciados nos movimentos sociais e organizações políticas.

4.6 Eixos Integradores

São eixos curriculares que articulam todos as áreas de conhecimento. O trabalho desenvolvido por meio de roteiros temáticos em cada área do conhecimento estará em sintonia por meio do alinhamento aos temas integradores de cada eixo, são eles:

- Espaço e Território
- Identidade e Diversidade
- Memória e Patrimônio
- Bem viver – Corpo e Saúde
- Tecnologia e Comunicação

4.7 Estratégias educativas

São as atividades pedagógicas desenvolvidas com os estudantes ao longo da semana. A proposta rompe com a exclusividade das aulas expositivas e do espaço educativo como sala de aula. A organização dos estudantes será majoritariamente em coletivos de trabalhos em grupo por meio de roteiros de atividades por área de conhecimento. Não haverá um horário fragmentado em disciplinas. Os conteúdos dos componentes curriculares estarão integrados por temas específicos e alinhados aos eixos

integradores.

Roteiro de Atividades

Organizados por área de conhecimento com acompanhamentos de professores com formação específica em um dos componentes curriculares (disciplinas) que integram cada área.

Rodas de Conversa

Reuniões coletivas em pequenos e grandes grupos com objetivo de fazer a escuta ativa de todos os sujeitos e garantir a efetiva participação na construção de uma proposta pedagógica democrática. Nelas, os pais e responsáveis dos estudantes também serão convidados a participarem ativamente.

Projetos de Trabalho

Metodologia para garantir o efetivo trabalho coletivo e integração de todos educadores e estudantes em projetos coletivos. Serão organizados a partir dos inxos integradores.

Orientação de Estudos

Grupos de até doze estudantes serão acompanhados por um professor orientador (tutor) com intuito de garantir uma relação mais direta com os educandos e educadores. Nesta proposta, cada educando é visto como único, com interesses, potencialidades, dificuldades e talentos próprios. Levará em consideração a autonomia do sujeito, ou seja, o estudantes é o principal agente do seu aprendizado.

Atividades autônomas

É o tempo livre do estudante quando ele é o dirigente do seu próprio percurso. Poderá utilizar os vários espaços educativos da escola para dar sequência às suas atividades pedagógicas ou até mesmo mesmo fazer deste tempo um momento de ócio.

Vivências educativas (oficinas)

São as atividades educativas desenvolvidas pelos monitores, agentes culturais e bolsistas extensionistas em articulação com os temas trabalhados nas áreas de conhecimento e eixos integradores. Serão de livre escolha dos estudantes.

5. TEMPOS E ESPAÇOS DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

5.1 Percurso e carga horária semanal dos educandos

Quadro XX

PERCURSO SEMANAL DO ESTUDANTE – ENSINO FUNDAMENTAL

Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
1º Módulo 8:00 às 9:45	VIVÊNCIAS EDUCATIVAS (Oficinas – Jornada Ampliada)	RODA DE CONVERSA (Pequenos Grupos)	VIVÊNCIAS EDUCATIVAS (Oficinas – Jornada Ampliada)	ÁREAS DO CONHECIMENTO	ÁREAS DO CONHECIMENTO
Lanche manhã 9:45 às 10:15					
2º Módulo 10:15 às 12:00	ÁREAS DO CONHECIMENTO	RODA DE CONVERSA (Grande Grupo)	ÁREAS DO CONHECIMENTO	ÁREAS DO CONHECIMENTO	ÁREAS DO CONHECIMENTO
Almoço 12:00 às 13:00					
3º Módulo 13:00 às 14:45	ÁREAS DO CONHECIMENTO	ÁREAS DO CONHECIMENTO	ORIENTAÇÃO DE ESTUDOS	VIVÊNCIAS EDUCATIVAS (Oficinas)	VIVÊNCIAS COLETIVAS (PEI E EM POEINT)
Lanche tarde 14:45 às 15:15					
4º Módulo 15:15 às 17:00	ETI – EIXO TEMÁTICO INTEGRADOR	ATIVIDADES AUTÔNOMAS	ORIENTAÇÃO DE ESTUDOS	ETI – EIXO TEMÁTICO INTEGRADOR	VIVÊNCIAS COLETIVAS (PEI E EM POEINT)

No decorrer da semana o estudante frequentará oito módulos para o desenvolvimento dos **Roteiros de Atividades** organizados em cadernos por **Áreas do Conhecimento** que articulam os conteúdos de todos os componentes curriculares da proposta pedagógica, assim distribuídos: quatro módulos de **Códigos e Linguagens** – Caderno 1 (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Arte e Educação Física), dois módulos de **Ciências da Natureza e Matemática** – Caderno 2 (Ciências e Matemática) e dois módulos de **Ciências Humanas** – Caderno 3 (História e Geografia). Nos outros tempos, os educandos estarão inseridos nas demais atividades pedagógicas.

Quadro XX

PERCURSO SEMANAL DO PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL INTEGRAL

Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
7:00 às 8:00	PLANEJAMENTO INDIVIDUAL E / OU COLETIVO	PLANEJAMENTO INDIVIDUAL E / OU COLETIVO	PLANEJAMENTO INDIVIDUAL E / OU COLETIVO	PLANEJAMENTO INDIVIDUAL E / OU COLETIVO	PLANEJAMENTO INDIVIDUAL E / OU COLETIVO
1º Módulo 8:00 às 9:45	ACOMPANHAMENTO E/OU OFERTA DE VIVÊNCIAS EDUCATIVAS	RODA DE CONVERSA (Pequenos Grupos)	ACOMPANHAMENTO E/OU OFERTA DE VIVÊNCIAS EDUCATIVAS	ÁREAS DO CONHECIMENTO	ÁREAS DO CONHECIMENTO
Lanche manhã 9:45 às 10:15					
2º Módulo 10:15 às 12:00	ÁREAS DO CONHECIMENTO	RODA DE CONVERSA (Grande Grupo)	ÁREAS DO CONHECIMENTO	ÁREAS DO CONHECIMENTO	ÁREAS DO CONHECIMENTO
Almoço 12:00 às 13:00					
3º Módulo 13:00 às 14:45	ÁREAS DO CONHECIMENTO	ÁREAS DO CONHECIMENTO	ORIENTAÇÃO DE ESTUDOS	PLANEJAMENTO E FORMAÇÃO POR ÁREA DE CONHECIMENTO	PLANEJAMENTO E FORMAÇÃO COLETIVA
Lanche da tarde 14:45 às 15:15					
4º Módulo 15:15 às 17:00	ETI – EIXO TEMÁTICO INTEGRADOR	ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS	ORIENTAÇÃO DE ESTUDOS	ETI – EIXO TEMÁTICO INTEGRADOR	PLANEJAMENTO E FORMAÇÃO COLETIVA

Os professores estarão organizados por **Área do Conhecimento** ou em coletivos de toda escola para o cumprimento semanal de dezessete módulos no desenvolvimento de atividades pedagógicas com os estudantes (**Estratégias Educativas**): elaboração e aplicação dos roteiros de atividades por área de conhecimento, orientação de estudos (tutoria), participação nas rodas de conversa, acompanhamento ou oferta das vivência educativas, apoio às atividades autônomas, trabalho coletivo nos eixos temáticos integradores.

Os outros três módulos, ao longo da semana, e mais duas horas diárias (contabilizados uma hora no início da jornada educativa e os intervalos de meia hora nos turnos da manhã e tarde) serão considerados como tempo para o planejamento e formação continuada, respeitando a legislação vigente.

É um espaço amplo com 45 mil m², com quadras esportivas, campo de futebol, vestiários, academia, auditório, biblioteca, salas destinadas às oficinas, laboratórios de informática, estúdio de rádio, cantinas, salas de reuniões e ampla área externa com gramados e tendas. Toda a sua organização e arquitetura foge aos padrões da maioria das escolas municipais de Belo Horizonte.

Espaços de formação

A necessidade de ampliação dos espaços de formação dos educandos está intimamente relacionada à identificação do perfil dos discentes e à definição dos eixos temáticos e conteúdos curriculares. Democratizar o ensino é também democratizar o acesso a outros espaços de formação e esta é uma opção coletiva, política e pedagógica.

Conhecer a comunidade é também reconhecer a importância dos grupos que estão organizados: políticos, religiosos, culturais, dentre outros. Nossa responsabilidade é de coletivamente reconhecer esses espaços e socializá-los, entendendo que são importantes ao processo de aprendizagem e de escolarização dos nossos educandos jovens, adultos e idosos. Fora da comunidade encontramos outros espaços significativos: teatros, cinemas, museus, parques, fábricas, indústrias, cidades e suas histórias. Intencionamos a apropriação dos saberes que nos permitem constantemente dialogar com nossos educandos e com os conteúdos curriculares coletivamente construídos.

F) Sobre a proposta Curricular

Nossa proposta curricular é orientada pela perspectiva da educação integral. Para tanto considera o sujeito na centralidade do processo educativo e com quem os aspectos formais da formação são dialogados e organizados a fim de efetivar um processo humanizado. A autonomia é uma importante intenção assim como a coletividade e respeito aos direitos humanos e sociais de todos e de cada um.

Questões da realidade dos sujeitos são fundamentais na construção das práticas pedagógicas e de modo geral tem de ser referência para a contextualização do ensino-aprendizagem. Escola, mídia, trabalho, religião, relações etnorraciais e gênero, música, esportes, saúde, política, mundo do trabalho, família, lazer, qualidade de vida, desenvolvimento profissional, entre tantos outros.

Os eixos temáticos estão alinhados com as Proposições Curriculares do município de Belo Horizonte e são adotados como referencial para o abordagem dos conteúdos a serem desenvolvidos, visto que dialogam permanentemente com os sujeitos envolvidos na educação de jovens e adultos, consideram as trajetórias humanas e atribuem a cada ciência significados mais apropriados dentro das dimensões da vida jovem, adulta e idosa.

ANEXOS

1. Percurso e carga horária semanal dos estudantes

2. Percurso e carga horária semanal dos educadores

3. Calendário Ensino Fundamental – 2018

4. Calendário Educação de Jovens e Adultos – 2018

3. Calendário da Formação Continuada inicial

4. Espaços educativos